

A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CIGANAS (AMUCIP) E A MEDIAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Olga Mariano

Palavras-chave Mediação sociocultural, educação, povo cigano.

A constituição da AMUCIP nasceu de um grupo de 5 mulheres que, em conjunto, tiraram um curso de mediadoras socioculturais, por via do Rendimento Mínimo Garantido. A Associação para o Desenvolvimento das Mulheres e Crianças Ciganas Portuguesas tem as seguintes finalidades:

- 1 Promover a defesa e o desenvolvimento das mulheres e crianças ciganas em Portugal, com respeito pela identidade cultural.
- 2 Defender as mulheres e crianças ciganas portuguesas de políticas e de acções injustas
- 3 Promover informação.
 - a) junto das mulheres e crianças nas comunidades ciganas relativamente aos direitos, deveres, oportunidades educacionais e de emprego e perspectivas de evolução na sociedade em que se inserem;
 - b) junto das entidades e instituições portuguesas europeias sobre o papel da mulher na cultura e na sociedade ciganas.
- 4 Promover actividades culturais, recreativas, desportivas e outras que estejam em harmonia com as restantes finalidades estatutárias.

A AMUCIP tem desenvolvido várias actividades: o Projecto "ESPAÇO", projecto por nós concebido e orientado para o acolhimento de crianças entre os 3 e os 6 anos, assim como um espaço de animação de tempos livres dos 6 aos 12 anos, entregue à Comissão de Luta Contra a Pobreza para financiamento em Junho de 2001 e que, até à data, não obteve qualquer resposta; a convite do ICE, colaboração na formação de docentes pertencentes à rede do projecto NÓMADA, actividade premiada pela ANEFA, através do seu Concurso Nacional Saber Mais, em 2001; participação nos cursos de formação de mediadores Ciganos integrada na Rede SASTIPEN, a convite da REAPN tanto em Portugal como no estrangeiro; animação de colóquios promovidos pelo SOSRacismo e da Rede Anti-Racista; através das "ZÍNGARAS", um grupo de Dança Flamenca da AMUCIP, animação de colóquios, encontros, seminários, *workshops*, divulgando a cultura cigana.

Como mediadora sócio-cultural, gostaria de passar uma mensagem importante. A mensagem é acerca das crianças que são homens e mulheres de amanhã. Eu gostaria imenso que o futuro das crianças ciganas fosse melhor do que o meu, do que o dos pais delas, do que o dos avós delas. Era muito importante que os pais destas crianças de hoje entendam a necessidade da educação escolar. Que

entendam a importância destas crianças completarem, pelo menos, o 9.º ano de escolaridade obrigatória, seja menino, seja menina.

Este desafio que faço às famílias ciganas, seria o de permitirem que os seus filhos se mostrassem como cidadãos, pertencentes a uma sociedade mais alargada, a sociedade portuguesa. É preciso que pensem que o absentismo, por parte das crianças, faz com que tenham muito mais dificuldades em prosseguir os estudos a um ritmo normal, conduzindo ao insucesso e abandono escolar precoce. Não favorecendo o processo escolar destas crianças é como se tapassem, com vendas, os olhos dos seus filhos para todos os nossos direitos. Para ser cidadão a 100%, é preciso ter alguma instrução para saber quais são as nossas obrigações e as nossas regalias. Não sabendo quais são as nossas obrigações, como cidadãos, estamos sempre em desvantagem. Não sabendo quais são os nossos direitos, ficamos sempre para trás. Nunca conseguimos alcançar o nível que os não ciganos têm. Desconhecendo os nossos direitos e deveres, ficamos de tal maneira atrofiados que não conseguimos fazer face aos nossos problemas. A barreira do analfabetismo é tão grande que a inserção que poderíamos ter como cidadãos portugueses, que somos, se torna muito difícil. Não conseguiremos ter um emprego quando a venda ambulante já não chegar para fazer face às nossas despesas, porque, não tendo a escolaridade mínima obrigatória, não conseguimos obter um emprego que nos facilite a nossa vida familiar futura. Sem a escolaridade mínima obrigatória é muito difícil às nossas crianças terem as mesmas oportunidades de vida que as outras.

Para ir a uma entidade pública, seja ela qual for — às finanças, ao tribunal, à polícia, ao registo, até um simples pedido de rendimento mínimo — é-nos tão difícil ultrapassar essas pequenas barreiras como se elas fossem montanhas. Portanto, a escola é um bem essencial que não vai de maneira nenhuma fazer com que nós, ciganos, deixemos de o ser, pelo contrário, vai-nos facilitar a luta pelos nossos direitos, a nossa maneira de ser ciganos — porque somos ciganos do fundo do coração e da alma e não queremos, de maneira nenhuma, deixar de o ser — queremos sim, ser ciganos dignos, com respeito pela sociedade e que a sociedade respeite a nossa cultura e identidade. E só tendo essa escolaridade é que obtemos esse respeito — se bem que o mereçamos como ser humanos que somos. Só assim é que conseguimos passar as nossas ideias, a nossa cultura, o ser cigano, com dignidade e de maneira que os outros nos entendam, que nós somos ciganos sim, mas que sabemos quais são os nossos direitos e deveres como cidadãos portugueses. Nós, não somos ciganos portugueses, somos portugueses ciganos. Isso é que é importante.

Seria fácil as famílias ciganas entenderem a entidade escola se participassem nas reuniões de pais e encarregados de educação, que se interessassem pelas actividades escolares dos seus filhos, que perguntassem aos filhos: “O que é que aprendeste hoje na escola?”, que quando houvesse uma festinha de Natal, de Carnaval, da Páscoa, as Marchas, participassem e colaborassem na sua organização, na confecção dos fatos, dos disfarces, nos eventos em si. Portanto, que fossem pais activos na escola.

A mulher cigana é a educadora dos seus filhos. É ela que dá a educação aos filhos. Qualquer coisa que diga respeito aos filhos o pai diz: “Vai à mãe!” A mãe está sempre presente em tudo o que os filhos tenham necessidade. Mas a mulher cigana,

não sabendo ler nem escrever, não consegue dar uma ajuda aos filhos nos trabalhos de casa, por exemplo. É muito difícil para uma mãe analfabeta seguir as aprendizagens dos filhos, quando estes lhe dizem: “Olha lá mãe o que fiz hoje na escola”, e ela olhar para o caderno e não saber se está bem ou mal. Não tendo o mínimo de formação necessária para acompanhar o que o filho faz, como é que essa mãe pode ser uma mãe activa a nível escolar? A mãe cigana deveria também frequentar as aulas de ensino recorrente, nem que seja para poder ajudar os seus filhos a progredirem nas aprendizagens escolares.

E o pai cigano, quase sempre, deixa esse papel educativo para a mãe. A mãe é que vai aos recreios, é que leva o lanche, principalmente no 1.º ano. Tem sempre a tendência para saber se fazem mal ao filho, se lhe batem, se o menino está bem, leva-lhe uns docinhos, uns sumos. Isto é uma das principais tarefas que a mãe tem. Mas como as escolas estão fechadas, elas dão os lanchinhos através da rede, e se quiserem ir lá dentro, tem mesmo que pedir autorização para entrar. Se as mães estivessem mais presentes nas reuniões de pais e encarregados de educação, entenderiam o porquê dos portões das escolas estarem, geralmente, fechados; entenderiam melhor algumas das regras que a escola tem. Haveria, com certeza, mais diálogo e proximidade entre professores e famílias, o que facilitaria a compreensão de determinadas regras e costumes, tanto escolares como familiares. Assim, os professores também entenderiam o porquê das mães ciganas estarem presentes na altura dos recreios, por exemplo. Os professores também não compreendem como é que uma mãe, que nunca comparece nas reuniões para que foi convocada, de repente, aparece ali, no recreio, a dar uma coca cola ou um chocolate aos filhos. É muito difícil estabelecer uma relação escola-família saudável, assim, sem hábitos de participação e de diálogo entre as famílias e a escola. É claro que a escola também tem que estimular, permitir e facilitar a acessibilidade dos pais na vida escolar dos seus filhos, que para as famílias ciganas também passa pelo bem estar físico, alimentar e psicológico e não apenas pelo rendimento escolar. O meu conselho é que as mães estivessem presentes nas respectivas reuniões, o que facilitaria a relação escola-família porque permitiria uma maior aproximação entre professores e pais, aquando da resolução de problemas pontuais. Estes conselhos são sobretudo para as mães mais pobres, cujas vidas são mais complicadas, com muitas dificuldades económicas. A desculpa que, na maioria das vezes, as mães dão para não aparecerem nas reuniões é a falta de tempo. Vêm da venda, muito cansadas, vão lavar a roupa, fazer o comer, lavar a louça, levantar as camas, etc.

É muito difícil a relação escola-família como também o é a relação família-escola. Na minha maneira de ver, seria muito bom que esses professores cultivassem uma relação escola-família não por carta, nem pela polícia, nem da comissão de protecção de menores, mas sim irem ter com esses pais e conversar com eles para os tentar entender. Tentar saber se, realmente, naquele horário x os pais podem vir à escola, se não seria melhor combinarem um horário mais flexível para ambos, que seja mais fácil para os pais e que não seja impossível para o professor. Tentar, realmente, que uma relação positiva se estabeleça através de negociações e não através de regras rígidas, para minimizar os espinhos do caminho escola-família e família-escola. Estas são palavras que lhes dirijo:

“Como mediadora cigana que sou, estou na escola por vocês. Eu vou fazer por vocês e pelos vossos filhos aquilo que, na minha altura, quando andava na escola, não fizeram por mim nem pelos meus filhos”. Como mediadora, digo aos pais: “O meu papel é facilitar o caminho professor/escola e entidade mãe/família. Quando vocês querem falar com os professores mas acham que não sabem como dizê-lo, vocês explicam-me, à nossa maneira, e eu explico aos professores, à maneira deles! Eu até digo, sou como o código postal, é meio caminho andado! Vocês chegam até mim e eu chego aos professores. Assim, já não vai haver conflito de culturas, porque às vezes, o que o transmissor diz, não chega ao receptor da mesma maneira. Portanto, eu estou no meio do transmissor e do receptor para que a mensagem pais-escola e escola-pais chegue perfeita. Ou seja, pais-mediador-escola e vice-versa.”

Olga Mariano possui o Curso de Mediadora Cigana e trabalha na Acção Social do Centro Regional de Segurança Social de Almada, depois de ter sido durante muitos anos vendedora ambulante. É presidente da Associação das Mulheres e Crianças Ciganas Portuguesas (AMUCIP).